

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

EXAME DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Regência e texto: Frederico de Lacerda da Costa Pinto

Data: 09.01.2015. *Duração:* 3 horas.

I

Responda de forma sintética mas fundamentada às seguintes questões:

1. Descreva o regime processual dos crimes particulares.
2. Qual é o valor e a função do auto de notícia em processo penal?
3. Por que razão o regime do contraditório varia de acordo com as fases processuais?

II

Resolva de forma fundamentada o seguinte caso prático

António (A) e Barros (B) foram detidos em Coimbra por suspeita de terem provocado intencionalmente (uma semana antes) o incêndio que destruiu um prédio devoluto no Porto e que colocou em perigo a vida de Rosa (R), Santana (S) e Tiago (T), moradores no prédio contíguo. A e B foram identificados como autores do incêndio por R, S e T. A primeira (R) constituiu-se assistente no processo e os demais não o quiseram fazer. Realizado o inquérito, o Ministério Público (MP) deduziu acusação contra A e B pela prática do crime de incêndio, previsto e punido no artigo 272.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal.

4. Pode o MP requerer o julgamento na forma abreviada?
5. Pode a assistente, perante a pretensão do MP referida na pergunta 4, requerer abertura de instrução por entender que, além do incêndio, também houve tentativa de homicídio com dolo eventual em relação a cada um deles?
6. Os arguidos apresentam um requerimento em que aceitam a forma abreviada, mas requerem o julgamento perante o tribunal do júri. Suponha que é juiz(a): responda a este requerimento.
7. Independentemente das respostas anteriores, admita que se realiza o julgamento apenas pela prática do crime de incêndio. A meio do julgamento o tribunal considera que a destruição do edifício incendiado não afasta a existência de crime de dano qualificado, em função da destruição e do elevado valor do edifício devoluto (artigo 213.º, n.º 2, alínea a) do Código Penal), perfeitamente documentados na acusação, e comunica esse entendimento a todos os sujeitos processuais. O advogado dos arguidos quer saber se esta solução é legalmente possível e se tem fundamento processual para a questionar. Elabore uma resposta clara e fundamentada para o elucidar.

III

Escreva um ensaio sobre um (e apenas um) dos seguintes temas:

8. A identidade processual do Juiz de Instrução Criminal: juiz de investigação ou juiz das liberdades?
9. Estrutura acusatória, segredo de justiça e acesso ao processo.

Cotação: Perguntas 1 a 3: 2 valores cada. *Perguntas 4 a 7:* 2,5 valores cada. *Ensaio (perguntas 8 e 9):* 4 valores.

Elementos de consulta: textos legais simples (v.g. CP, CPP e CRP), sem anotações doutrinárias.